

## 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA

CONTRATO Nº 0112/2025

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo Diretor Técnico Administrativo do CONSÓRCIO, **Júlio Corrêa Guimarães**, no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rio Doce, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz**, CPF nº 013.\*\*\*.\*\*\*-00 denominado de agora em diante CONSÓRCIO, e o **MUNICÍPIO DE ARAPONGA**, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Carlos Assunção Gomes**, CPF nº 133.\*\*\*.\*\*\*-81, neste ato denominado **CONTRATANTE**, Contrato de Programa nº 0112/2025, têm justo e contratado o seguinte termo aditivo:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente termo aditivo ao contrato de programa tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro da delegação de serviços públicos e transferência de encargos do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO referente à delegação dos serviços de Manutenção de Iluminação Pública, constante do objeto do contrato, processo administrativo CIMVALPI nº 09.0084.2023.11, dispensa do Município nº 013/2025.

1.2. O presente aditivo tem por finalidade promover a adequação do regime de execução do contrato de programa referente a delegação formalizada, ficando a cláusula quarta do contrato de programa firmado alterada passando a vigorar conforme a seguinte redação:

#### **“4. CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO**

**4.1 O contrato de programa adotará o regime de execução na forma de gestão associada mediante delegação de atribuições e competências do MUNICÍPIO e a transferência de encargos, indicados na cláusula primeira, itens 1.1 e 1.2.**

**4.2 O CONSÓRCIO, no exercício das competências delegadas e encargos transferidos realizará a respectiva execução de forma indireta, mediante contratação de terceiros na forma da Lei nº 14.133/2021.**

**4.3 A formalização deste contrato estabelece a gestão associada de serviços públicos delegados pelo MUNICÍPIO na condição de contratante, ao CONSÓRCIO, na condição de contratado, cabendo a adoção das seguintes providências ou premissas de cunho administrativo, em relação à execução do objeto contratual (delegação):**

**4.3.1 Não interferência e/ou expedição de determinação direta à empresa preposta (hipótese de execução indireta) por servidor ou agente político do MUNICÍPIO, atendendo a obrigação de não interferência da gestão dos serviços delegados ao CONSÓRCIO e ao princípio da segregação das funções na execução da delegação.**

**4.3.2 Realização da fiscalização da execução do objeto por parte da CONTRATADA, assegurando ao CONTRATANTE, manifestar por intermédio de sistemas eletrônicos de controle quanto a conformidade qualitativa ou quantitativa das medições que venham a ser expedidas;**

**4.3.3 Liquidação de despesas conforme o seguinte rito: liquidação de despesas no ente público com a transferência financeira para o consórcio, com base em cronograma previsto neste instrumento contratual e liquidação da despesa, no consórcio público,**

quando ocorrer a comprovação da efetiva entrega dos serviços executados com base nos respectivos documentos que possibilitem verificar a conformidade com as condições contratadas.

**4.4 Eventual alteração de expansão ou redução do objeto da delegação importará em formalização de termo aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro, não constituindo alteração qualitativa ou quantitativa de objeto em razão do fato de que o objeto do contrato é a delegação de serviços públicos e a transferência de encargos conforme descrito na cláusula primeira, sendo que os valores de transferências lançados no contrato de programa em sua redação original é mero balizador da estimativa da transferência financeira que não constitui o objeto do contrato."**

1.3. O presente aditivo decorre da prorrogação do prazo de vigência até a data 28 de fevereiro de 2026, da delegação de serviços e competências e transferências de encargos do CONTRATANTE para o CONSÓRCIO, importando na necessidade de readequação do equilíbrio econômico - financeiro do objeto da delegação em cumprimento ao disposto na cláusula décima segunda do contrato de programa firmado.

1.3.1. Em razão do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de programa, fica alterada a cláusula referente ao valor das transferências, mediante aumento do valor de transferência de 8.492,14 (oito mil e quatrocentos e noventa e dois reais e quatorze centavos), passando o objeto do contrato de programa para o valor atualizado R\$ 40.235,77 (quarenta mil e duzentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos).

1.3.2. A formalização de aumento do valor de transferência presente termo aditivo decorre de reequilíbrio econômico-financeiro, não constituindo alteração qualitativa ou quantitativa de objeto em razão do fato de que o objeto do contrato é a delegação de serviços públicos e a transferência de encargos indicados no item 1.1, sendo que eventuais descrições qualitativas e/ou quantitativas de serviços delegados e/ou encargos transferidos são mera indicação balizadora da estimativa de financeira, que não constitui o objeto do contrato de programa firmado.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. O presente instrumento é realizado com fundamento no art. 104, caput, inciso I e §§1º e 2º c/c o art. 124, caput, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "d", todos da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. Os pagamentos deverão ser creditados conforme cronograma de desembolso previsto no Anexo I deste termo aditivo.

3.2. As despesa decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão a conta da dotação orçamentária, já constante e em execução do contrato firmado.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato nº 0112/2025 não alteradas pelo instrumento.

4.2. O Consórcio deverá providenciar a publicidade do termo aditivo no PNCP e no diário oficial eletrônico do CIMVALPI em atendimento ao previsto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo aditivo através de assinatura eletrônica nos termos do art. 4º, caput, inciso III da Lei nº 14.063/2020 c/c §1º do art. 10 da MP 2.220-2/2001.

Ponte Nova, 11 de dezembro de 2025.

---

**CONTRATANTE**

Carlos Assunção Gomes  
**Prefeito Municipal**

---

**CONTRATADO**

Júlio Corrêa Guimarães  
**Diretor Técnico Administrativo – CIMVALPI**

#### ANEXO I - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme boleto bancário em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Parcela	Data do Pagamento	Valor do Pagamento
1	12/01/2026	R\$ 4.246,07
2	10/02/2026	R\$ 4.246,07
<b>Total</b>		<b>R\$ 8.492,14</b>

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 28 de fevereiro de 2026.

Ponte Nova, 11 de dezembro de 2025.

---

Carlos Assunção Gomes  
**Prefeito Municipal**



**CIMVALPI**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL  
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **CARLOS ASSUNÇÃO GOMES**, CPF: 133.11\*.\*\*6-\*1 em **19/12/2025 13:33:58**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **13H7.0U33.4583.987V.4005**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JÚLIO CORREA GUIMARÃES - DIRETOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, CPF: 012.04\*.\*\*6-\*0 em **12/12/2025 10:31:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **10X8.0H31.842K.W05V.0187**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



### Informações do Documento

ID do Documento: **1.6EE.CB3** - Tipo de Documento: **TERMO ADITIVO**.

Elaborado por **MARIA CAROLINA LEITE DA CRUZ** CPF: 019.17\*.\*\*6-\*0 , em **11/12/2025 - 16:58:15**

Código de Autenticidade deste Documento: 1693.1758.715W.W27X.2637

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
<https://zeropapel.cimvalpi.mg.gov.br/verdocumento>

